subvenções que forem devidas, às pessoas de família previamente designadas pelos interessados ou aos seus representantes legais.

4.º Compete ainda ao Depósito:

a) Organizar e manter o arquivo respeitante às forças expedicionárias;

b) Ser intermediário entre as unidades expedicionárias e as unidades de origem das tropas destacadas ou quaisquer outros serviços militares, transmitindo as comunicações recebidas aos organismos competentes;

c) Prestar todos os esclarecimentos relativos a alterações do pessoal e do material que lhe sejam solicitados, com excepção de informações, verbais ou escritas, de natureza reservada, quando não sejam pedidas por qualquer das direcções-gerais do Ministério da Guerra.

5.º Para a execução dos serviços a seu cargo o Depósito é dotado com o pessoal constante do seguinte quadro orgânico:

Quadro orgânico

Designação	Direcção e secretaria	Secções			Soma
		De pessoal	De material	De abonos e contabilidade	
Director (oficial superior) (a)	1	—	—	—	1
Adjuntos (capitães ou subalternos) (a)	—	1	1	1	3
Sargento-ajudante	1	—	—	—	1
Primeiros sargentos	—	—	—	2	2
Amauenses (sargentos ou furriéis)	1	1	1	1	4
Primeiros-cabos	2	—	—	—	2
Soldados	4	—	—	—	4

(a) De preferência na situação de reserva.

6.º Ao director do Depósito é conferida a competência disciplinar da coluna v do quadro a que se refere o artigo 79.º do Regulamento de Disciplina Militar.

Ministério da Guerra, 12 de Agosto de 1949.—O Ministro da Guerra, *Fernando dos Santos Costa*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Decreto n.º 37:518

Considerando que foi adjudicada à firma Baptista & Azevedo Júnior a empreitada de conservação e beneficiação no Hospital Miguel Bombarda;

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de duzentos dias, que abrange parte do ano económico de 1949 e do de 1950;

Tendo em vista o § único do artigo 4.º do Decreto n.º 27:563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com a firma Baptista & Azevedo Júnior para a execução da empreitada de conservação e beneficiação no Hospital Miguel Bombarda, pela importância de 525.000\$.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despende com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude de contrato, mais de 480.000\$ no corrente ano e 45.000\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1950.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 12 de Agosto de 1949.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveira Salazar*—*João Pinto da Costa Leite*—*José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 12:917

Considerando ser conveniente estender à colónia de Angola o regime especial que na legislação metropolitana foi adoptado para a tributação dos assalariados em imposto profissional, pois as circunstâncias não são diferentes;

Considerando que, tendo-se adoptado na Reforma Tributária da colónia de Angola (Decreto n.º 37:215, de 16 de Dezembro de 1948) a taxa geral de 10 por cento para a contribuição industrial, parece razoável estender igual tratamento à contribuição industrial devida pelos organismos corporativos da colónia;

Considerando que no espírito da mesma Reforma Tributária — dominada como é pela preocupação de evitar duplicações de imposto — está incluído o princípio expresso na legislação metropolitana, de que as sociedades não devem pagar imposto complementar pelas participações sociais que auferirem de outras sociedades, precisamente porque estas já são passíveis deste imposto, mas convindo tornar explícita esta doutrina, a fim de evitar dúvidas ou dificuldades de interpretação que de outro modo poderiam surgir:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 91.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português:

1.º O disposto no artigo 3.º e seus §§ 1.º a 3.º do Decreto-Lei n.º 33:735, de 26 de Junho de 1944, é aplicável na colónia de Angola, com referência aos artigos 12.º e 13.º do Decreto n.º 37:215, de 16 de Dezembro de 1948, aos assalariados cujos proventos não excedem Ags. 130,00 diários, continuando sujeitos à tributação fixada neste último decreto os assalariados cujos proventos diários excedam aquele limite.

2.º É fixada em 10 por cento na colónia de Angola a taxa da contribuição industrial dos organismos corporativos do comércio, indústria e agricultura, estabelecida pela Portaria n.º 11:831, de 10 de Maio de 1947.

3.º São aplicáveis à colónia de Angola as disposições do n.º 5.º do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 35:594, de 13 de Abril de 1946, e do n.º 5.º do artigo 4.º do Decreto n.º 36:420, de 17 de Julho de 1947, somente para o efeito de não serem englobados nos rendimentos de pessoas colectivas, sujeitos a imposto complementar, os lucros ou dividendos por elas auferidos de outras sociedades de que façam parte.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Angola.

Ministério das Colónias, 12 de Agosto de 1949.—O Ministro das Colónias, *Teófilo Duarte*.